

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## LIDERANÇAS – 2019

<b>BLOCO LIBERDADE E PROGRESSO (PSD, PSL, PTB, PATRI, PRP e DEM)</b>	
Líder	Deputado Cássio Soares
Vice-Líderes	Deputado Delegado Heli Grilo Deputado Doorgal Andrada Deputada Ione Pinheiro Deputado Zé Reis

<b>BLOCO DEMOCRACIA E LUTA (PT, PR, Rede, Psol, Pros e PCdoB)</b>	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputada Andréia de Jesus Deputada Ana Paula Siqueira Deputado Elismar Prado Deputado Léo Portela

<b>BLOCO MINAS TEM HISTÓRIA (MDB, PV, PRB, PDT, PODE e DC)</b>	
Líder	Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes	Deputado Charles Santos Deputado Glaycon Franco Deputado Douglas Melo Deputado Neilando Pimenta

<b>BLOCO SOU MINAS GERAIS (PSDB, PPS, PP, PSC, NOVO, AVANTE, PSB, SOLIDARIEDADE e PHS)</b>	
Líder	Deputado Gustavo Valadares
Vice-Líderes	Deputado Fávio Avelar de Oliveira Deputado Fernando Pacheco Deputado Gil Pereira Deputado Raul Belém Deputado Tito Torres

<b>LIDERANÇA DA MAIORIA</b>	
Líder	Deputado Inácio Franco

<b>LIDERANÇA DA MINORIA</b>	
-----------------------------	--

Líder	Deputado Ulysses Gomes
-------	------------------------

<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>	
Líder	Deputado Luiz Humberto Carneiro
Vice-Líderes	Deputado Guilherme da Cunha Deputado Bosco Deputado Roberto Andrade Deputado Coronel Sandro Deputado Gustavo Mitre

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	Presidente
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	
Deputado Raul Belém	PSC – BSMG	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
Deputado João Leite	PSDB – BSMG	
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP	

**COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA**

**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH	Vice-Presidente
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	

MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH
Deputado Bosco	Avante – BSMG
Deputada Leninha	PT – BDL
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BMTH

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BMTH	Presidente
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Zé Reis	PSD – BLP	
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	Presidente
Deputado Zé Reis	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputado Charles Santos	PRB – BMTH	
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	
Deputado André Quintão	PT – BDL	
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	

Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG

**COMISSÃO DE CULTURA**

**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	Avante – BSMG	Presidente
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	
Deputado Mauro Tramonte	PRB – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Leite	PSDB – BSMG	
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bartô	Novo – BSMG	Presidente
Deputado Cleitinho Azevedo	PPS – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH	
Deputado Zé Guilherme	PRP – BLP	
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

**Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BDL	Presidente
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	Vice-Presidente
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	
Deputada Leninha	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL	

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	Presidente
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputado Doutor Paulo	PATRI – BLP	
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	
Deputado Zé Guilherme	PRP – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Thiago Cota	MDB – BMTH	Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	Vice-Presidente
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	

Deputado Professor Irineu	PSL – BLP
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP
Deputada Leninha	PT – BDL

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Leninha	PT – BDL	Presidente
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	Vice-Presidente
Deputado Betão	PT – BDL	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputada Marília Campos	PT – BDL	
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	Presidente
Deputado Betão	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Bartô	Novo – BSMG	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputada Leninha	PT – BDL	
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	

Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH

**COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**

**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Zé Guilherme	PRP – BLP	Presidente
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BSMG	
Deputado Mauro Tramonte	PRB – BMTH	

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Hely Tarquínio	PV – BMTH	Presidente
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG	
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG	Presidente
Deputado Raul Belém	PSC – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	
Deputado Gustavo Mitre	PSC – BSMG	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	
Deputado Betão	PT – BDL	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BLP	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

**Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP	Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	

**COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**

**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	Vice-Presidente

Deputado André Quintão	PT – BDL
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BSMG
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH

**COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS**

**Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 11 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	Presidente
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	
Deputado Gustavo Mitre	PSC – BSMG	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG	
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	Presidente
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	

Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG
Deputado Charles Santos	PRB – BMTH
Deputado André Quintão	PT – BDL

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL	
Deputado Doutor Paulo	Patri – BLP	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Professor Cleiton	DC – BMTH	
Deputado Professor Irineu	PSL – BLP	
Deputada Marília Campos	PT – BDL	
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP	Presidente
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BSMG	
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	
Deputado Léo Portela	PR – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputado Bartô	Novo – BSMG	
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	Presidente
Deputado André Quintão	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG	
Deputada Marília Campos	PT – BDL	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Betão	PT – BDL	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Léo Portela	PR – BDL	Presidente
Deputado Professor Irineu	PSL – BLP	Vice-Presidente
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	
Deputado Cleitinho Azevedo	PPS – BSMG	
Deputado Léo Portela	PR – BDL	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP	
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG	
Deputado Charles Santos	PR – BDL	

**SUMÁRIO**

- 1 – ATA**
  - 1.1 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**

- 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MANIFESTAÇÕES**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATAS**

 **ATA****ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMTIR PARECER SOBRE O VETO Nº 9/2019 À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.152 NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/3/2019**

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Doutor Jean Freire e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela rejeição do Veto nº 9/2019, em turno único. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos dessa comissão.

Sala das Comissões, 8 de março de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente – João Leite – Rosângela Reis.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase****(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto nº 1/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.085, que dispõe sobre o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 2/2019 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.238, que altera as Leis nºs 4.747, de 1968, 5.960, de 1972, 6.763, de 1975, 14.937, de 2003, 15.424, de 2004, e 21.527, de 2014. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 3/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.158, que dispõe sobre as associações de socorro mútuo. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 4/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.161, que altera o art. 2º da Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 5/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.195, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – a doar ao Estado o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 6/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.200, que dispõe sobre a resposta à solicitação dirigida a órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 7/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.201, que determina que os veículos destinados ao serviço de segurança e saúde públicas do Estado sejam equipados com dispositivo que permita sua geolocalização. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 8/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.208, que acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia, e dá outra providência. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 9/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.152, que estabelece diretrizes para a implementação de ações de prevenção e controle do diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas das redes pública e privada de ensino no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto nº 10/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.230, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hipermercados, supermercados, atacadistas e estabelecimentos varejistas congêneres identificarem de forma destacada produtos provenientes da agricultura familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

**3ª Fase**

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 20/3/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 26 a 35/2019, do deputado Bosco, 80/2019, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, 82/2019, do deputado Elismar Prado, 151/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, 175/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 179/2019, da deputada Ione Pinheiro, e 251/2019, do deputado Leonídio Bouças.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 20/3/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 103/2019, do deputado Duarte Bechir; 107 e 108/2019, do deputado Sávio Souza Cruz; 111/2019, do deputado Noraldino Júnior; 120/2019, do deputado Tito Torres; 122/2019, da deputada Delegada Sheila; 124 e 125/2019, do deputado Ulysses Gomes; 155/2019, da deputada Delegada Sheila; 160, 176 e 226/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; e 242/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/3/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/3/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/3/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/3/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.485/2018, do deputado João Magalhães.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 20/3/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/3/2019****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 224/2019, do deputado Bosco, e 227/2019, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater o risco de danos ao conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade com a retomada da mineração na Serra da Piedade.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO  
CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS  
DO DIA 20/3/2019**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/3/2019, às 11h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 19 de março de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Doutor Paulo e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/3/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as políticas voltadas à atenção e inclusão das pessoas com síndrome de Down, tendo em vista as atividades da Semana Estadual da Síndrome de Down, promovida durante a semana em que incidir o dia 21/3/2019; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 19 de março de 2019.

Professor Wendel Mesquita, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Especial da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Coronel Henrique, Glaycon Franco e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/3/2019, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 19 de março de 2019.

João Leite, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Betinho Pinto Coelho, Coronel Henrique, Gil Pereira e Leandro Genaro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/3/2019, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 19 de março de 2019.

Roberto Andrade, presidente *ad hoc*.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****LEITURA DE COMUNICAÇÕES**

– O presidente deu ciência ao Plenário, na 17ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 19/3/2019, das comunicações apresentadas pelos deputados André Quintão – informando que o Bloco Democracia e Luta abre mão, em favor do Bloco Liberdade e Progresso, de uma vaga de membro efetivo na Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos; e Sávio Souza Cruz – informando que o Bloco Minas Tem História abre mão, em favor do Bloco Sou Minas Gerais, de uma vaga de membro efetivo na Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos (Ciente. Publique-se.).

**DESIGNAÇÃO DE COMISSÕES**

– O presidente designou, na 17ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 19/3/2019, os membros da seguinte comissão:

Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos. Pelo Bloco Sou Minas Gerais – BSMG: efetivos – deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho e Roberto Andrade (vaga cedida pelo BMTH); suplentes – deputados Guilherme da Cunha e Tito Torres; pelo Bloco Liberdade e Progresso – BLP: efetivos – deputados Leandro Genaro e Coronel Henrique (vaga cedida pelo BDL); suplente – deputado Duarte Bechir; pelo Bloco Minas Tem História – BMTH: efetivo (vaga cedida do BSMG); suplente – deputado Glaycon Franco; e pelo Bloco Democracia e Luta – BDL: efetivo (vaga cedida ao BLP); suplente – deputado Gustavo Santana (Designo. Às Comissões.).

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.464/2017****Comissão de Segurança Pública****Relatório**

De autoria do deputado Leonídio Bouças, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Apac – Associação de Proteção e Assistência às Condenadas Femininas de Uberlândia e Região, com sede no Município de Uberlândia, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, por ela apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

O projeto de lei sob análise pretende declarar de utilidade pública a Apac – Associação de Proteção e Assistência às Condenadas Femininas de Uberlândia e Região, com sede no Município de Uberlândia. Conforme o estatuto social da entidade, trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com patrimônio e personalidade jurídica próprios, fundada no ano de 2014 e com duração por tempo indeterminado.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça anotou que, pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento aos requisitos legais para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, na parte conclusiva de seu parecer, essa comissão apresentou a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º da proposição, com a finalidade de alterar o nome da entidade para Associação Centro de Recuperação, Profissionalização, Capacitação e Qualificação das Sentenciadas do Sistema Prisional de Uberlândia-MG e Região – Acerpac Feminina –, conforme apresentado no estatuto, com alteração registrada em 15/9/2017.

As finalidades detalhadas no estatuto corroboram a importância da entidade, tendo em vista que dispõe de um método de valorização humana para oferecer às detentas condições de se recuperarem. A entidade busca também, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade e a promoção da justiça social.

Ainda segundo o estatuto, às recuperandas são oferecidos serviços de assistência médica, psicológica, jurídica, entre outros, que podem ser prestados também pela comunidade. A metodologia da entidade fundamenta-se no estabelecimento de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e envolvimento da família das recuperandas.

O trabalho desenvolvido pela instituição busca, assim, possibilitar a recuperação e a reinserção social das detentas, bem como, em contrapartida, diminuir os índices de criminalidade da região onde atua.

Dessa forma, diante da relevância do trabalho desenvolvido pela Acerpac Feminina, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.464/2017, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de março de 2019.

João Magalhães, relator.

## PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 450/2019

### Comissão de Administração Pública

#### Relatório

De autoria do governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe, encaminhado por meio da Mensagem nº 13/2019, autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – a doar ao Estado o imóvel que especifica.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 28/2/2019 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com o Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora a proposição a este órgão colegiado para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 450/2019 pretende autorizar o DEER-MG a doar ao Estado a área de 6.825 m<sup>2</sup>, a ser desmembrada do imóvel com área de 25.000 m<sup>2</sup>, situado à Rua Cel. Fernandes dos Reis, nº 335, no Município de Abaeté, registrado sob o nº 3.850, à fl. 84-V do Livro nº 71-B, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Abaeté.

O parágrafo único do art. 1º da proposição estabelece que o bem será destinado à construção do prédio do Fórum da Comarca de Abaeté. O art. 2º, por sua vez, determina que o imóvel será revertido ao patrimônio do DEER-MG caso, findo o prazo de 5 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação assinalada.

O autor da matéria, na mensagem encaminhada a esta Casa, informou que o Poder Judiciário necessita de novas instalações para melhor cumprir suas funções institucionais, sendo o imóvel especificado o único adequado à instalação de edificações judiciais no município. Declarou, também, que o DEER-MG, detentor do imóvel, concorda com a doação da área ao Estado.

De fato, o DEER-MG, por meio do Ofício nº 3.578/2018, informou que seu Conselho de Administração, reunido no dia 6/11/2018, deferiu a doação da área de 6.825 m<sup>2</sup> de seu imóvel localizado à Rua Cel. Fernandes dos Reis para o Estado.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça informou que, para a transferência de domínio de imóveis públicos, devem ser observados o art. 18 da Constituição Mineira e o inciso I do art. 17 da Lei federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Essas normas exigem avaliação prévia, autorização legislativa e licitação, além da subordinação ao interesse público, para órgãos da administração direta, fundações e autarquias, como é o caso do DEER-MG.

Ademais, a CCJ observou que, no caso em questão, o terreno que se pretende doar ao Estado consiste em fração de imóvel com área de 25.000m<sup>2</sup>. Por tal razão, para que se viabilize a alienação, mostra-se fundamental promover o desmembramento da parcela vislumbrada. Tendo isso em vista, o governador apresentou memorial descritivo do terreno que se pretende alienar. Contudo, ressalta-se que a descrição deve ser anexada ao projeto.

Por fim, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1, com a finalidade de corrigir a descrição do imóvel, atender às exigências referentes ao desmembramento e adequar o texto à técnica legislativa.

A proteção do interesse coletivo é princípio de observância obrigatória pela administração do Estado, pois, no trato da coisa pública, prepondera o que é conveniente para a coletividade. Esses requisitos podem ser constatados nos dispositivos que indicam a utilização a ser dada ao imóvel e a previsão de sua reversão, caso a destinação não seja cumprida.

Portanto, a doação do imóvel objeto da proposição em exame alcança o interesse público, uma vez que a finalidade a ser dada ao bem otimiza a utilização do espaço público com a instalação do Fórum da Comarca de Abaeté, sendo, portanto, meritória e oportuna. Contudo, cumpre ressaltar que, para a apreciação do projeto pelo Plenário, é necessário observar se ocorreu a apresentação do memorial descritivo referente ao imóvel.

### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 450/2019, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 19 de março de 2019.

João Magalhães, presidente e relator – Roberto Andrade – Doutor Jean Freire – Sargento Rodrigues.

 **MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Instituto Anjos do Asfalto Resgate Rodoviário pela atuação no Município de Brumadinho, após o rompimento da barragem em 25/1/2019 (Requerimento nº 156/2019, da deputada Delegada Sheila);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela exitosa atuação que impediu a ocorrência de autoextermínio em 16/2/2019, no Município de Luz (Requerimento nº 162/2019, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Maj. PM Williana Costa Vieira pelo eficiente e honroso serviço prestado à Polícia Militar de Minas Gerais (Requerimento nº 163/2019, do deputado Sargento Rodrigues).

 **PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/3/2019**

O deputado Virgílio Guimarães\* – Sr. Presidente, nobre deputado Betinho, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, alguns assuntos exigem uma tomada de posição sempre. Alguns temas não comportam a ideia da inércia, porque ela em si é uma tomada de posição. Se as circunstâncias do seu entorno mudam, as condições mudam, a permanência no mesmo lugar significa uma tomada de posição e uma posição nova.

Faço essa reflexão, aparentemente óbvia, para me referir a dois temas complexos: o equilíbrio fiscal e as previdências sociais. Se as situações mudam, não há como permanecer do mesmo jeito. Quanto ao equilíbrio fiscal, evidentemente, se por uma razão ou outra não se toma uma atitude diante do desequilíbrio, diante de suas receitas que são menores, não quer dizer que você não possa permanecer produzindo déficit orçamentário. Pode. É o modelo keynesiano clássico de retomada de crescimento por curto prazo. Provoco um déficit. Com isso, estímulo a economia. Produzo mais. A economia cresce. Aí, sim, tenho um equilíbrio pelo aumento das receitas. Evidentemente que isso é uma terapia que só funciona a curto prazo. O próprio Maynard Keynes, na época, já respondeu. Perguntaram-lhe: “Essa receita só vale a curto prazo? E a longo prazo?”. Ele mesmo respondeu: “A longo prazo todos nós estaremos mortos”.

O equilíbrio fiscal será feito por sua ação consciente ou ocorre independentemente da sua vontade. O Estado, o País, o município não são diferentes das famílias. Se por uma razão ou outra alguém da sua família perde o emprego, você precisa fazer um ajuste, a menos que você consiga um aumento de salário. O melhor ajuste que há é o do seu patrão reconhecer o seu esforço e lhe dar o aumento. Então, beleza. Foi feito o ajuste pelo aumento da sua receita. Ou conseguir um prazo dos seus credores. Uma coisa ou outra. Mas, se você não tem nada disso, e o seu endividamento continua cada vez mais, vai chegar um dia em que você vai parar de pagar o seu aluguel, vai parar de pagar o seu fornecedor, que é o seu sacolão da esquina; e, em algum prazo, ele vai parar de lhe fornecer. Ou seja, haverá um ajuste fiscal pelo corte do fornecimento.

Então, não existe situação de inércia. A sua situação sempre é nova. O mesmo se aplica às previdências sociais, sobretudo no modelo de repartição. Portanto, se as circunstâncias externas mudam, a Previdência Social muda. Se não mudam as regras da Previdência Social, as regras fixas produzem situações novas, ou seja, alguém tem de colocar mais recursos. Não foi por outra razão que a Previdência Social no Brasil começou com uma contribuição de 3% do empregado e 3% do empregador. No sistema tripartite, o Estado era um contribuinte negativo. Recorria aos recursos da Previdência para financiar os seus gastos correntes. É o famoso caso da construção de Brasília, por exemplo. Como as circunstâncias sempre mudam, ainda bem, o crescimento da população empregada – e

cada vez mais parcelas dessa população vão tendo acesso aos benefícios –, o envelhecimento também da nossa pirâmide etária, o crescimento da expectativa de vida, tudo isso leva a uma mudança. Mesmo que as regras permaneçam fixas, o resultado previdenciário muda; a previdência é diferente.

Então, situações novas exigem de nós tomada de posição, mesmo que ela seja a inércia, deixar que as coisas ocorram por si mesmas; e as mudanças serão direcionadas não pela nossa vontade, não pela nossa administração, mas as coisas ocorrerão por elas mesmas. Por exemplo, o setor público tem de ter aportes cada vez mais robustos, mais volumosos para cobrir as despesas correntes dessa Previdência Social em aumento. É por isso mesmo que não vou me furtar, em hipótese alguma, a discutir a questão previdenciária.

Vou fazê-lo, evidentemente não em um pronunciamento só; vou fazê-lo em parcelas; vou discutir também a questão fiscal do Estado e da União. Farei isso apresentando uma primeira proposta a respeito desse polêmico tema. Insisto que é sempre necessário fazê-la. Não é por acaso, não é por mania de perseguir ninguém, de cortar direitos de ninguém.

A Constituição de 1988 fez uma grande reforma na Previdência, instaurou direitos beneficiários na Previdência, independentemente da contribuição. O primeiro governo a seguir foi o do Collor, que sofreu *impeachment*; depois, foi o do Itamar. O segundo presidente eleito já fez a sua reforma, o FHC. O Lula tomou posse, e no primeiro ano fez uma reforma na Previdência. A companheira Dilma, que é mulher, também fez uma reforma na Previdência no que se refere à pensão por morte, alterando os critérios – mesmo que parcialmente, foi uma reforma. Feita esta introdução, este chamado nariz de cera, para os jornalistas, vou apresentar hoje uma proposta, porque acho que ainda há espaço para aumentar a contribuição para o financiamento da Previdência. As fontes de financiamento nessa área no País e no Estado, como partilha, ainda existem. É claro que não estou falando aqui de aumento da carga tributária, de uma coisa absurda, pois nem a sociedade nem o sistema econômico absorvem isso. Mas existem nichos onde uma contribuição pode ocorrer, diminuindo muito a necessidade de outras alterações, digamos mais drásticas, em relação às regras vigentes da Previdência Social. Refiro-me especialmente, presidente, à criação de uma contribuição sobre a movimentação financeira. O Brasil teve experiência com uma contribuição sobre movimentação financeira, a chamada CPMF, que teve méritos enormes, passou por um teste de muitos anos, de mais de décadas. Temos condições de analisar adequadamente o que ela tem de positivo e o que ela tem de negativo.

Tenho estudos e convicções que mostram que ela seria uma contribuição sobre a movimentação financeira voltada para a Previdência Social, inteiramente para financiar a Previdência Social, com impactos extremamente positivos, evitando o principal defeito da antiga, da velha, da superada CPMF. Uma contribuição previdenciária compensatória escaparia da principal crítica que recebia a CPMF do setor produtivo. E com razão. Era uma contribuição cumulativa. Na cadeia produtiva, se em cada passo você cobra o mesmo imposto sem haver compensação, ele se torna uma espécie de câncer no organismo produtivo. Não é por outra razão que nós transformamos o antigo imposto sobre vendas em consignações, que era cumulativo, numa modernização do nosso sistema tributário, o ICM e depois o ICMS, que é um sistema de crédito e débito.

Portanto, um sistema previdenciário que gerasse créditos para aqueles que pagam a sua previdência, ou seja, quem paga a contribuição sobre movimentação financeira e paga também à Previdência Social poderia usar esse valor como crédito, como antecipação da sua previdência. Assim a cadeia produtiva ficaria inteiramente desonerada dessa nova contribuição, porque ela seria absorvida pela contribuição previdenciária. E aqueles que não pagam? Por uma razão ou por outra, conseguem fazer o emprego informal, conseguem fazer elisões, frutos da reforma trabalhista que houve, que depriu a contribuição previdenciária no país.

Essas, eu diria, seriam contribuições salutares, seria uma integração. Fala-se tanto em incorporar setores, então eu diria: essa, sim, seria uma maneira de integrar, de trazer ao bolo de contribuição, ao esforço social, para financiar, para resolver a questão fiscal, sobretudo o seu componente previdenciário. Esse componente previdenciário da crise fiscal seria fortemente financiado por esse mecanismo que ia incorporar aqueles que hoje escapam do esforço contributivo da sociedade. A economia informal que não

pagaria passaria a pagar. São aqueles que fazem a contratação ilegal do trabalho. São vários daqueles que escapam de sua contribuição. E, à medida que a economia vai se tornando cada vez mais formalizada no seu pagamento, menos pagamentos são feitos em papel-moeda, em moeda sonante menos ainda. Nós teríamos, portanto, a incorporação salutar de uma fonte muito importante para o financiamento da Previdência.

Calculei e fiz simulações nesse sentido e, na sequência... Deputado Arlen, queria apenas encerrar o raciocínio, estou quase fazendo, para reservar uns minutos para o seu aparte e de outros que quiserem fazer. A simulação indica algo em torno de R\$50.000.000,00, já feitas as compensações desses recursos com as contribuições previdenciárias da cadeia produtiva.

Considerarmos uma partilha de 25% com os estados não seria a solução para Minas Gerais, mas Minas Gerais teria qualquer coisa acima de R\$1.000.000.000,00 para ajudar a cobrir as suas despesas, com sua própria Previdência. Portanto, deixo aqui essa sugestão. Sei que isso não vai solucionar tudo, mas é uma maneira salutar de aumentar a contribuição, aumentar as receitas, para enfocar de uma maneira mais, digamos, aceitável os ajustes que naturalmente serão feitos nas regras previdenciárias em vigor.

Concedo um aparte ao meu colega de bancada do Norte de Minas, deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)\* – Parabéns pela palestra e objetividade da questão previdenciária, que realmente é muito grave. Eu queria também colocar um outro assunto muito grave. Estamos hoje com a barragem do Bico da Pedra, em Janaúba, com 14% da sua capacidade, e com 13% provavelmente a ANA vai querer fechá-la para não irrigar. O perímetro irrigado do Gorutuba, em Nova Porteirinha, Janaúba, tem alguma coisa em torno de 3 mil a 4 mil empregos diretos, chegando a quase 10 mil empregos indiretos. O que acontece? Como há mais de 40 anos os canais estão lá, eles estão evaporando a água, estão infiltrando, perdendo mais de 50% dessa água, que está sendo jogada fora.

Foi feito um projeto pela Codevasf. Já R\$35.000.000,00 de tubos foram literalmente enterrados lá, faltando um pouco mais de R\$12.000.000,00. Enviamos hoje uma correspondência para o governador Zema para que ele possa se inteirar desse problema, que é muito importante. Também estivemos visitando algumas cidades com o senador Carlos Viana. Fomos a Janaúba e fomos recebidos pela Acijan, pelo sindicato rural, por prefeitos, vereadores.

O senador Carlos Viana, nesta semana, já está indo até o ministro Bruno Canuto e ao Gen. Santos Araújo para relatar que, não sendo a obra finalizada, haverá um prejuízo enorme, porque o que está sendo feito vai estragar, e corre-se o risco realmente de uma catástrofe, deixando 10 mil pessoas desempregadas numa das regiões mais carentes.

Agradeço muito a presença do senador Carlos Viana, porque aí vai ser o Senado numa luta pelo nosso querido Norte de Minas. Muito obrigado. Vamos enfrentar esses problemas da reforma da Previdência.

O deputado Virgílio Guimarães – Obrigado, deputado Arlen. Para encerrar, já falei sobre minha contribuição e falei, na sequência, sobre a criação da contribuição previdenciária compensatória para suavizar alguns aspectos mais drásticos da reforma da Previdência. Quero também incorporar o pronunciamento sobre Janaúba, acrescentando a questão do hospital regional dessa cidade, que se torna também um ponto prioritário para a reivindicação desse grupo que representa o Norte de Minas – são os oito deputados estaduais a que V. Exa. se referiu.

Muito obrigado, presidente, pela paciência de me dar esse minuto a mais para concluir meu pronunciamento.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Professor Cleiton\* – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e todos que nos visitam! De forma especial, quero saudar meu amigo vereador Lucas Mendes, da cidade de Santana do Jacaré. Para quem não conhece essa cidade, Campo Belo – de que o deputado Duarte Bechir é representante – é um município que faz parte da grande Santana de Jacaré. Também saúdo todos os que nos assistem pela TV Assembleia.

Tenho dito nas comissões de que faço parte – Comissões de Educação e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – que estamos vivendo um momento histórico nesta Casa. Histórico em que sentido? Estamos diante de um governo de Estado que tem pregado austeridade e contenção de gastos. De repente, isso transfere para nós a ideia de que, nessa 19ª Legislatura, nosso papel, além de fiscalizar e de legislar, será também propor políticas públicas.

É exatamente nesse sentido, neste momento em que temos essa vantagem, que queria saudar a campanha da fraternidade. A Igreja Católica, desde a década de 1950, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB –, propõe temas a serem discutidos pela sociedade civil como um todo. Especificamente neste ano, o tema “Fraternidade e políticas públicas” está sendo discutido nas paróquias e nas dioceses de todo o Brasil, nas 28 dioceses do Estado de Minas Gerais. Além desse tema, o lema da campanha é extremamente interessante: “Serás libertado pelo direito e pela Justiça”. Esse lema é entendido à luz da palavra de Deus e, acima de tudo, da doutrina social da igreja, que, ao contrário até do que muita gente prega por aí, não tem o viés de esquerda ou de direita, porque não é centrada em nenhuma ideologia; é centrada em uma pessoa e na proposta que essa pessoa tem como modelo de construção da sociedade.

Então, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, proponho que esta Casa abra espaço para que essas vozes que construirão políticas públicas nas discussões a serem feitas nas diversas comunidades, nos mais de 800 municípios de Minas Gerais, nas 28 dioceses, estejam prontas para acolher o que vai ser proposto, porque são vozes de pessoas da periferia, de cidades distantes de grandes investimentos. Ou seja, são vozes da opção preferencial que se faz, que é a opção preferencial pelo pobre, pelo excluído, pelo marginalizado, por aqueles para os quais o poder público não tem olhar.

Vejo, então, com muito carinho a audácia da igreja em propor um tema tão caro neste momento, até para que as pessoas conheçam o que cada poder faz, qual é o papel de cada cidadão na esfera política.

Quero convocar toda a população para que esteja com o seu olhar atento ao que está se fazendo nesta Casa. E digo olhar atento porque algumas coisas estão acontecendo pelo nosso estado e nos preocupam. Alguém, esses dias, perguntou-me: “Quando vocês, na Assembleia, vão apresentar uma boa notícia?”.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte)\* – Professor Cleiton, primeiro, gostaria de parabenizá-lo. Você é uma grata surpresa na Assembleia Legislativa. Tive a satisfação de conhecê-lo no dia da diplomação; depois, em seu gabinete, na celebração da belíssima missa e no encontro com D. Walmor. Fico muito feliz de ter como colega um parlamentar como V. Exa., que traz temas importantes. Acho que é esta a função que quem está nos assistindo espera de nós: que a gente traga temas importantes, e você trouxe um importantíssimo.

A igreja teve uma bela ousadia ao trazer esse tema, como já fez em vários temas da campanha da fraternidade. O papa Francisco nos convidou a discutir essa casa comum de todos nós, e agora aparece mais esse tema fantástico para debatermos e dialogarmos. Essa é a verdadeira igreja. Essa é a igreja viva que esperamos e de que fazemos parte. Foi na igreja que... Ontem uma jovem perguntou, para um trabalho de escola, o que é política para mim. Eu lhe respondi o que a igreja me ensinou sobre política: é o dom que vem de Deus para quem quer fazer o bem comum. Isso é política, e, se olharmos a etimologia da palavra, também vamos encontrar basicamente a mesma coisa.

Queria saudá-lo por trazer esse tema. Parece que a deputada Leninha solicitou, na nossa Comissão de Participação Popular, uma audiência pública para debater esse tema – e aprovamos esse requerimento. Assim quero convidar você e todos os deputados, porque é dessa união, desse convívio que vamos receber das pastorais sociais e das comunidades eclesiais de base várias políticas públicas, vários projetos de lei importantes. Há políticas importantíssimas criadas neste país, nos últimos tempos, que deram direito às pessoas. O Bolsa Família deu direito, não esmola, como alguns pensam; o ProUni deu direitos, assim como o Enem e tantas outras políticas públicas. E, agora, a igreja traz esse tema para dizer: “Isso é direito do povo, e é por meio do direito e da Justiça que todos se libertarão”.

O deputado Professor Cleiton\* – Eu que lhe agradeço e devolvo dizendo que é uma honra estar ao seu lado neste Parlamento, pela pessoa que é, pelo deputado no qual me espelho, um dos deputados em que me espelho nesta Casa.

Como dizia, alguém me perguntou esses dias quando traríamos uma boa notícia desta Assembleia. De repente, a gente recebe do interior alguns questionamentos em relação a algumas coisas que estão sendo feitas pelo governo. Por exemplo, hoje recebi a notícia de que foi fechada uma sede da administração fazendária – AF – na cidade de Caxambu, porque houve 30% de corte no orçamento da Secretaria de Fazenda, o que comprometerá 83 AFs, que deverão ser fechadas, tirando da população do interior o acesso em algumas cidades a esse serviço, que se faz presente. Qual é a orientação para aqueles que são chefes, aqueles que estão à frente de AFs? Se não conseguirem um imóvel gratuito, elas serão fechadas. Estamos fechando um órgão que é arrecadador, num momento em que o Estado precisa de arrecadação.

Por isso existem coisas na política que não devem ser novas. Na filosofia, há algumas análises, e uma delas é a seguinte: muitas vezes a palavra novo, inovador, novidade não vem agregada de valores.

Não quer dizer que é novo, que há valores ali agregados. O tradicional, às vezes, é muito melhor. Se eu vou à padaria, deputado Charles, para comprar um pão, como conversávamos hoje... Porque eu gosto daquele pão da maneira que o padeiro faz. Mas, de repente, volto àquela padaria e há a notícia de que o pão não existe mais porque há uma pílula que substituiu o pão. Eu não vou mais lá. Então existem cortes que não podem ser feitos.

Para passar para a frente, porque o tempo já se vai, e sei que o Doutor Paulo também tem a mesma angústia e o mesmo anseio que eu, quero falar do que aconteceu hoje na Comissão de Educação. Na Comissão de Educação, conduzida pela nossa presidenta, conseguimos hoje votar 36 requerimentos, e, entre esses requerimentos, entre as muitas proposições que foram levadas pelos senhores e pelas senhoras, estão dois para os quais eu queria chamar a atenção, que são até o motivo pelo qual o Doutor Paulo vai fazer o uso da palavra. Como representantes do Sul de Minas, estamos preocupados, porque há uma escola em Gonçalves, Escola Estadual João Ribeiro da Silva, que, desde ontem, encontra-se fechada por conta da precariedade. E a chuva forte levou ao desabamento do teto. O senhor pode fazer o uso da palavra.

O deputado Doutor Paulo (em aparte)\* – Muito obrigado, Professor Cleiton, pelo aparte. Eu gostaria de fazer coro com todos os deputados aqui do Sul de Minas, de nossa região, que defendemos, porque lá fomos eleitos. E um caso específico e muito importante é a Escola Estadual João Ribeiro da Silva, da cidade turística de Gonçalves, uma cidade de uma economia muito importante para a nossa região. É a única escola do município, com 1.028 alunos. Segundo o diretor Noroide, há um convênio firmado com o Estado, de 2016, uma licitação feita, que está aguardando a liberação do recurso para reforma e troca do telhado.

O que ocorreu nesta semana, deputado, a partir de antes de ontem e ontem – até há uma reportagem da Globo local na cidade –, é que os pais não estão deixando os filhos irem para a escola por medo de o telhado cair. Eu recebi inúmeras fotos das trincas, vazamentos. Há uma foto até em que o aluno está assentado na carteira escolar com água no pé. É inadmissível deixarmos uma situação dessa ocorrer.

Então faço coro com o governo do Estado, faço coro com a Secretaria de Educação, e, em especial, com os colegas aqui deputados, bem como com os do Sul de Minas, para que possamos resolver essa questão rapidamente, para que os alunos possam voltar às aulas, e a normalidade naquela cidade possa voltar. Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O deputado Professor Cleiton\* – Obrigado, Doutor Paulo. Entregamos hoje um requerimento à Comissão de Educação para que se tomem providências urgentes para que se resolva esse problema.

Outra escola para a qual também apresentamos requerimentos, junto com o Coronel Henrique – inclusive, na segunda-feira, estarei presente para conhecer a realidade –, é a Escola Estadual Doutor Teobaldo Tollendal, da cidade de Barbacena, uma escola que tem uma história na cidade, uma história na educação, na formação de cidadãos, de grandes profissionais, mas numa região periférica, uma região de grande vulnerabilidade social. Eu queria me dirigir ao governo do Estado: nós não podemos fechar escolas, nós não

podemos permitir política de fechamento de escolas, principalmente em regiões onde as famílias estão enfrentando uma série de problemas. Pelo contrário, nós devemos é ampliar os projetos de escolas integrais a partir de financiamento. Isso não é contenção de despesa. Essa escola estaria sendo fechada para que, no seu lugar, na sede da escola, passasse a funcionar a sede da superintendência de ensino, sendo que o Coronel Henrique descobriu que existem quatro prédios públicos que estão sendo subutilizados e poderia ir para lá.

Por fim, o assunto aqui até seria mais longo, mas eu queria chamar a atenção também para outro problema que enfrentaremos daqui a pouco. Em consulta ao Supremo Tribunal Federal, o governo do Estado de Minas espera a declaração de constitucionalidade ou não da redução da carga horária do funcionalismo público, para que, conseqüentemente, possa existir uma redução salarial do nosso funcionalismo público.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estaríamos diante de uma hecatombe, de uma tragédia financeira maior ainda. Só vou colocar aqui a situação da administração fazendária da minha cidade de Varginha, onde hoje 60% do quadro teria condições de pedir aposentadoria, mas não o fazem porque querem continuar trabalhando e sabem que são necessários hoje, porque há muito tempo não temos concurso para o fisco do Estado, o que até, desculpem-me o termo, é uma burrice administrativa, já que é quem traz dinheiro para o Estado. De repente, se isso passa, se isso vem a se concretizar, teremos 60% do quadro pedindo para se aposentar, porque eles correm o risco de se aposentar com um salário menor lá na frente; isso seria legal, e o Estado teria mais aposentados ainda no seu quadro, aumentando ainda mais o rombo e ao mesmo tempo tendo que fazer uma política de contratação de fiscais via terceirização, o que seria uma tragédia maior ainda. Agradeço pelo meu tempo e a paciência dos senhores e das senhoras.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pelas nossas galerias, pela TV Assembleia. Hoje retornamos a esta tribuna para trazer a notícia do despacho do requerimento do presidente Agostinho Patrus para instalação da CPI da tragédia da Vale. Pelo menos é assim que queremos chamar, uma tragédia criminosa, um genocídio que ocorreu no dia 25 de janeiro deste ano. E 74 deputados assinaram junto com este deputado o pedido da instalação da CPI.

Sr. Presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, faço questão de fazer a leitura novamente do texto do requerimento, eu, que sempre tenho muito zelo com o Regimento Interno desta Casa, para que realmente possamos ficar amparados sob o aspecto legal. O que contém o nosso requerimento que foi assinado pelos 74 parlamentares: (– Lê:) “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 112 do Regimento Interno, seja constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo máximo de 120 dias, apurar as causas do rompimento de barragem de rejeitos da mineradora Vale em 25/1/2019 no Município de Brumadinho, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. O acontecimento, de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, demanda investigação, elucidação e fiscalização por parte desta Casa, na medida em que faz ressurgir discussões sobre a segurança de barragens e licenciamento e fiscalização ambiental. O ocorrido, registrado pela imprensa nacional e internacional, vitimou, como anunciado pela própria empresa Vale, centenas de pessoas, o que demonstra a imprescindibilidade de se aprimorar a legislação estadual, de modo a buscar maneiras de prevenir novos acontecimentos semelhantes no Estado, além do devido amparo às vítimas e rigorosa punição dos responsáveis”.

Sr. Presidente, esse requerimento foi protocolado no dia 4 de fevereiro, às 8h5min5s.

Logo em seguida, houve outros dois requerimentos com pedido de CPI: o segundo requerimento, da deputada Beatriz Cerqueira; e o terceiro, do deputado Doutor Wilson Batista. Portanto, Sr. Presidente, havia e há uma disposição permanente para a instalação da CPI.

Já tentei aqui, deputado Osvaldo Lopes, instalar outras CPIs. No governo passado, tentei emplacar cinco CPIs, mas o Pimentel não permitiu que esta Casa as instalasse.

Vocês hoje vivem em novos tempos, novos ares. Motivos para instalar CPIs, Cleitinho Azevedo, no governo Pimentel, tínhamos de sobra. Somente do Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, ele desviou, criminosamente, para o caixa único do Estado mais de R\$3.000.000.000,00, motivo mais do que justificado para a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito. Foram pelo menos cinco tentativas, e todas paravam na Mesa. Por quê? Porque, nos bastidores, a turma ligada ao governo do Estado trabalhava pela retirada das assinaturas. Mas, graças a Deus, a Assembleia passou por uma renovação, com 32 colegas deputados e deputadas que trouxeram uma nova cara para a Assembleia, uma nova disposição para a Assembleia, uma nova energia para a Assembleia, e que, aos poucos, vão tomando afeição aqui, no Parlamento, cada um com a sua área, vontade e determinação para atuar. Felizmente, nenhum deputado ousou retirar a assinatura dessa CPI, motivo pelo qual o presidente Agostinho Patrus se viu em uma situação – e não poderia ser outra – de cumprir o que determina o § 4º do art. 112, que trata exatamente da parte que lhe compete enquanto presidente do Poder Legislativo. Diz o § 4º do art. 112 do Regimento Interno: “Recebido o requerimento, o presidente despachará à publicação”.

V. Exas. perceberam que, na semana que antecedeu o Carnaval, vim ao Plenário e apresentei uma questão de ordem, porque, infelizmente, muitas vezes, as pessoas que assessoram o presidente dizem para ele: “Pode deixar na gaveta, porque o ‘recebido o requerimento’, o senhor não recebeu”. É como se o protocolo oficial não fosse lugar para receber pedidos de CPI, projetos de lei, propostas de emendas à Constituição. Tanto que o protocolo oficial é o mesmo quando o governador do Estado manda para esta Casa projetos, e eles são recebidos imediatamente. Mas, infelizmente, alguns aqui tentam dizer... E considero isso contrário ao interesse público, contrário ao que dizem os mestres de direito administrativo, à supremacia do interesse público.

Nesse caso, há mais de trezentas vítimas de uma tragédia anunciada, de uma tragédia conhecida, deputada Beatriz Cerqueira, em que a promotora Marta Larcher e os próprios delegados de polícia, ouvidos na Comissão de Segurança Pública, na qual realizamos audiências para subsidiar os trabalhos da CPI, anunciaram claramente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que a direção da Vale tinha estudo de impacto de risco ambiental, inclusive de indenização às famílias das vítimas, indenização relativa ao patrimônio e a danos ao meio ambiente. Tudo isso eles já tinham, já sabiam qual era o custo que iam ter. Analisando: se eles continuassem funcionando, sabiam quantos bilhões iam obter de lucro; e, em caso de rompimento de barragem, quanto pagariam de indenização. Eles sabiam tudo. Senhores e senhoras que nos acompanham das galerias e pela TV Assembleia, o genocídio de mais de trezentas vítimas, a tragédia da Vale é criminosa.

Como operador do direito, colega deputado Osvaldo Lopes, inicialmente vislumbrei o dolo eventual, que é aquele em que o cidadão, após o ocorrido, assume o risco. Ele não quer o resultado, mas assume o risco de produzi-lo, caso venha a acontecer.

Se os senhores e as senhoras entrarem no Google, entenderão o que estamos dizendo, sob a ótica da tipificação do dolo eventual, conforme determina o direito processual penal.

Nesse caso, eles possuíam estudos e sabiam o que poderia acontecer. Como a própria promotora disse, eles tinham conhecimento de que, das 52 barragens operadas pela empresa Vale, pela assassina Vale, 10 apresentavam alto risco. Eles tinham conhecimento desse fato desde junho de 2017. Desde junho. Mesmo assim as licenças foram renovadas. Como? As auditorias foram ignoradas de forma criminosa. Aí é que eu saí da interpretação do dolo eventual para afirmar que o que houve foi dolo, o que houve foi vontade. Inicialmente, cheguei a ouvir o próprio governador do Estado falar em incidente.

Por que briguei tanto? Por que a colega deputada Beatriz e vários deputados e deputadas queriam tanto a instalação da CPI? Porque o que temos de mais precioso na face da terra é a vida humana. E foram ceifadas mais de 300 vítimas de famílias humildes, porque o desdobramento de uma CPI benfeita ampara as vítimas, consegue fazer essa reparação, consegue responsabilizar os culpados. E é isso que queremos com a CPI.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, faço um registro positivo, não um agradecimento, mas um registro positivo da iniciativa do nosso presidente ao despachar o requerimento e atender ao clamor, não dos deputados, mas do conjunto da população. Deputada Beatriz Cerqueira, não conseguimos mensurar o tamanho do estrago, pois é incalculável. Se pensarmos que são 308 vítimas fatais, são quantos feridos? Quantos animais mortos? Qual a extensão do dano ambiental? Às vezes, Osvaldo, a pessoa tinha um tacho de cobre, que pertenceu ao seu avô, e isso desapareceu; tinha um barracão, que estava em ruínas, mas a família o preservava, porque o bisavô nasceu ali, o avô nasceu ali. E apagou-se a memória, devastou-se tudo. E não conseguimos calcular o estrago sob o ponto de vista psicológico.

Ontem, fui surpreendido porque o presidente anunciou a instalação da CPI, mas ele mesmo anunciou quem será o presidente, o relator e o vice-presidente. Desconheço isso e quero deixar consignado que quem faz a indicação dos membros da CPI são os líderes. Conforme determina o parágrafo 5º do art. 112 do Regimento Interno: “No prazo de cinco dias úteis, contados da publicação do requerimento, os membros da comissão serão indicados pelos líderes”. Não se trata de comissão extraordinária nem de comissão especial. Sou regimentalista. Quando se tratar de comissão extraordinária e especial, o presidente, de ofício, indicará a comissão. Mas, para uma comissão parlamentar de inquérito, no mínimo deve haver entendimento entre os sete componentes.

Não fui ouvido. Os colegas deputados que foram nominados pelo presidente têm total capacidade e experiência para exercer a presidência, a vice-presidente e a relatoria. Mas, esse é um assunto que precisa ser discutido internamente. Deputada Beatriz Cerqueira, temos que aprender isso logo que chegamos a esta Casa. A prerrogativa parlamentar é dada nas urnas e não por outro colega, deputada. Ela é dada nas urnas, e não podemos abrir mão dela por nada, porque nos foi concedida por meio do sufrágio universal, pelo voto. Quem indica os membros de uma comissão parlamentar de inquérito são os líderes. Se um líder indicar a si próprio, não há problema algum, mas a determinação de quem será presidente, vice-presidente e relator deverá acontecer em um outro momento.

O presidente Agostinho Patrus tem feito um trabalho brilhante na Casa, em pouquíssimo tempo. Hoje mesmo estávamos cedo, no Salão Nobre, participando da promulgação da Emenda Constitucional nº 99, que deu a esta Casa uma ferramenta extraordinária, o que há muitas e muitas décadas já precisava acontecer: o parlamentar ter o poder de fiscalizar, de forma efetiva, os atos praticados pelo Poder Executivo. Mas o regimento é claro: os líderes indicaram e, a partir daí, vamos costurar o entendimento. Não há problema algum em costurar entendimento. O presidente da Casa trabalhar pelo entendimento também é papel dele, mas isso não dá para ser anunciado de forma antecipada.

Então, queria deixar isso consignado porque, entre os sete membros da comissão, sou o deputado de maior tempo nesta Casa, talvez o único que já participou de quatro outras comissões parlamentares de inquérito, e sei o valor e o poder que tem uma CPI. Para os senhores e as senhoras que estão chegando saberem, ela é diferente de inquérito policial: CPI tem poderes próprios de autoridades judiciais, pode requisitar documentos e, de qualquer lugar de Minas e fora dela, pode convocar qualquer autoridade do Estado, qualquer uma. Isso está na Lei nº 1.579, de 18/3/1952, se não estou equivocado – já vou encerrar, presidente –, conforme dispõem os arts. 112, 113, 114, que referendam o que a lei federal estabelece. Portanto, podemos convocar qualquer pessoa.

Quero alertar os meus colegas deputados que comporão a comissão parlamentar de inquérito: comissão parlamentar de inquérito é diferente de qualquer coisa na Casa; por isso, Beatriz Cerqueira, muitas vezes as pessoas não gostam de estar nela, já que suas próprias comunicações não passam pela Mesa da Assembleia; quem as assina é o presidente da CPI, e elas vão direto para os destinatários que devem recebê-las. Diferentemente dos nossos requerimentos em comissões especial, extraordinária e permanente, a CPI tem poderes próprios de autoridades judiciárias. Essa é a grande diferença.

Enquanto um delegado, muitas vezes, leva seis meses, deputado Osvaldo Lopes, para quebrar um sigilo bancário, a CPI o quebra em apenas dois minutos, com a leitura de um requerimento. Repito: em dois minutos está quebrado um sigilo bancário, uma

evolução patrimonial, um sigilo fiscal. Essa é a grande diferença da comissão parlamentar de inquérito, e, por isso, muitos a temem. E é bom que a temam mesmo...

Deputada Beatriz Cerqueira, não vou para essa comissão se ela for chapa branca; comissão a que pertenço não pode ser chapa branca, sob pena de eu não pertencer a ela. Mas faço votos de que, com V. Exa., o deputado Cássio, o deputado Gustavo Valadares, o deputado Inácio Franco e o deputado Noraldino Júnior possamos fazer um belíssimo trabalho e suar a camisa em defesa daquela população mais humilde, que hoje está à mercê de uma empresa criminosa como Vale.

Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira\* – Presidente, boa tarde! Boa tarde aos colegas deputados que estão neste Plenário; boa tarde a toda a população que nos acompanha pela TV Assembleia; boa tarde àqueles que acompanham os trabalhos desta quarta-feira nas galerias.

Quando iniciamos o recolhimento das assinaturas para instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, escutamos um pouco de tudo, mas fundamentalmente a ideia das pessoas é que uma comissão parlamentar de inquérito não serve para nada. Há uma falsa ideia de que é gasto de dinheiro público e que ela sempre se transforma em pizza.

Então, quero, ao ocupar esta tribuna como oradora no Grande Expediente, dizer que a Comissão Parlamentar de Inquérito é uma resposta necessária, porque, enquanto estou falando aqui, há mais de cem famílias que ainda não enterraram os seus mortos e famílias que estão enterrando braço, perna, pedaços dos seus entes queridos que foram assassinados por uma mineradora, presidente, que sabia que poderia romper a barragem da qual era responsável. Não tem resposta menor que um parlamento possa dar, porque resposta menor que uma CPI já foi dada depois do crime cometido pela Vale, junto com a Samarco e a BHP, em Mariana, e nós tivemos a reincidência, com um novo crime cometido pela mineradora Vale. Se não conseguirmos punir exemplarmente, em todos os espaços e em todos os Poderes, novos crimes acontecerão, porque é esta a pedagogia: quando um criminoso não é devidamente punido, ele se sentirá livre para continuar cometendo crimes.

É impossível falar, nos 15 minutos que nós temos, da angústia de todos os mineiros e todas as mineiras que vivem perto de barragens. Estivemos em audiências em vários municípios, com vários deputados. Nós não podemos cometer o equívoco deixar o crime se distanciar, pois, quanto mais isso acontece, mais vão distanciando a comoção e as ações efetivas. Então, acho, como deputada desta Casa, que o meu compromisso é por uma CPI. Desde o crime da Vale, Samarco e BHP, em 2015, eu defendia isso, como presidenta da Central Única dos Trabalhadores e como uma militante social. Queria deixar esse registro e, principalmente, o nosso compromisso por uma CPI que cumpra o seu papel e que tenha essa efetividade necessária de resposta para que novos crimes não aconteçam.

Ainda falando sobre mineração e barragens, quero fazer um outro apelo. Esse apelo agora é para o governador Romeu Zema. Não é possível que um Estado com tantas barragens não cuide das pessoas que são atingidas por barragens. Nós ainda aguardamos que o governador desarchive o projeto que trata dos atingidos por barragens. Isso é essencial. O nosso trabalho como Parlamento mineiro ainda está incompleto, porque não cuidamos das pessoas. Quando não cuidamos, através de uma legislação própria, deixamos que a criminosa e que o poder econômico cuidem das pessoas no lugar do poder público. Então, é essencial e fundamental que possamos proteger as pessoas que são atingidas por barragens, que são milhares em todo o Estado. Além disso, que tenhamos uma legislação que imponha regras e direitos para que as pessoas fiquem guardadas e se sintam preservadas nos seus direitos, através do Estado. Queria deixar esse apelo para darmos respostas rápidas e efetivas.

Amanhã, presidente, será um aniversário que eu não queria. No dia 14/3/2018, por volta das 20 horas, das 20h30min, muitos de nós recebemos pelas redes sociais a notícia do assassinato de uma vereadora no Centro do Rio de Janeiro. Um estado que, naquele momento, se não me falha a memória, Cleitinho, estava sob intervenção militar com a justificativa de que a intervenção era

necessária para que se pacificasse, para que a violência diminuísse, fosse controlada, etc. A vereadora foi assassinada, junto com seu motorista – ambos no carro. Amanhã nós rememoraremos um ano do assassinato da vereadora Marielle Franco. É lamentável que rememoremos um ano desse assassinato sem que quem a mandou matar tenha sido devidamente indicado pelas autoridades competentes.

Nós tivemos a notícia ontem da revelação e da prisão daqueles que a mataram. As notícias de hoje nos mostram que esse foi um homicídio sofisticado, no qual a vítima sofreu emboscada. Os assassinos aguardaram a Marielle por mais de duas horas, enquanto ela participava de um evento com mulheres negras na Lapa, e a seguiram por várias quadras até executá-la em um cruzamento onde as câmeras de segurança estavam desativadas. Nós não somos bobos, não somos idiotas. Sabemos que os policiais que foram presos não agiram sozinhos. Sabemos que as milícias do Estado do Rio de Janeiro se organizam e se articulam com o Estado e vários Poderes daquele estado.

E esse crime precisa ser lembrado pelo tempo que for necessário, porque é um crime de eliminação de quem pensa diferente, de eliminação da representatividade de uma mulher negra, LGBT, que veio da favela, que representa aquilo que os nossos tapetes vermelhos, muitas vezes, não gostam de ver em um espaço pomposo, suntuoso, ou no espaço da formalidade, como são os parlamentos na maioria dos nossos estados e dos nossos municípios. Então, a luta por perguntar quem matou e quem mandou matar Marielle Franco não é uma luta de esquerda ou de direita, é uma luta da defesa da vida, é uma luta da defesa do Estado Democrático de Direito, porque a eliminação das pessoas rompe com esse Estado Democrático de Direito por que a gente batalha tanto para que se mantenha a fim de que a pluralidade e a diversidade sejam respeitadas, e a gente não faça da violência uma forma de fazer política.

Então, eu venho aqui, presidente, rememorar o assassinato da vereadora Marielle Franco. Eu, com muito orgulho, carreguei, em várias oportunidades, a foto, a imagem da homenagem ao nome de Marielle Franco dado a uma rua, porque essa imagem foi rasgada por políticos no ano passado, com uma clara intenção de quê? Matar duas vezes? Quando a gente via quem homenageia uma vereadora como a Marielle Franco, a gente está fazendo o quê? A gente concorda com o assassinato da vereadora? Está natural? É possível a gente concordar com o assassinato?

Então, trago aqui esse assunto, porque amanhã a gente vai rememorar um ano do seu assassinato com várias atividades que acontecerão em várias regiões do nosso país. E, deputada Andréia de Jesus, que está no Plenário, queria fazer um agradecimento por você ter me emprestado aquela placa, que muito me honrou na diplomação. É uma placa que deveria estar aqui comigo neste momento, rememorando Marielle Franco, toda a sua luta e toda a sua representatividade. E, rememorar e falar de Marielle – acho – é uma tarefa de todas nós.

Por fim, presidente, hoje tivemos uma reunião ordinária da Comissão de Educação – o deputado Professor Cleiton já trouxe aqui o relato – em que nós aprovamos 36 requerimentos. Trinta e seis requerimentos, Cleitinho, em uma reunião de comissão, quer dizer que o assunto interessa a muita gente. Educação é um assunto que está na base de todos nós que somos deputados e deputadas. A situação é difícil, porque nós estamos lá votando discussões sobre reforma, escolas interdidas, problemas estruturais, questões relacionadas a direito da comunidade escolar e de seus profissionais. E, quando vemos uma comissão como a de hoje, que fez um trabalho belíssimo ao discutir e aprovar aquela quantidade de requerimentos, também discutimos a importância da educação para a vida da gente.

Eu não sei bem como dizer, gente, o que é alguém entrar em uma escola e sair atirando nas pessoas. Isso foi o que vivemos hoje de manhã, lá em Suzano, na Região Metropolitana de São Paulo: oito pessoas mortas, dezenas feridas ou passando mal, em um processo de violência assustador.

Já disse aqui em outra oportunidade e quero dizer de forma muito calma: tenho 22 anos de magistério; neste ano, vou fazer 23. Entrem em uma escola, gente; entrem em uma sala de aula, mas não com tapete vermelho, não anunciando que você vai para que seja recebido como autoridade, com pompa e circunstâncias. Vão em um dia normal de aula, Coronel Henrique; entrem em uma sala

de aula; entrem em uma cantina; entrem onde os meninos comem – vocês vão ver que boa parte não tem sequer onde se assentar para comer a merenda; entrem na cantina para ver qual é a merenda; conversem com as auxiliares de serviço para entender como elas trabalham, como elas têm que sair correndo da cantina, muitas vezes, para lavar o banheiro, sair correndo de lavar o banheiro para lavar tantas salasm porque são designados dezenas de espaços físicos para cada auxiliar limpar; conversem com a professora, não querendo filmá-la pelo que ela faz na escola; perguntem dos seus problemas, Marquinho; pergunte mquantas vezes a professora sofreu alguma forma de violência no ambiente escolar. Uma pesquisa que fizemos há quase dois anos, deputada Leninha, mostra que 43% dos profissionais da rede estadual de Minas Gerais já vivenciaram alguma forma de violência, seja ela física ou não, mas já vivenciaram alguma forma de violência no ambiente escolar.

Quando temos a notícia, como aconteceu hoje de manhã, de uma escola que foi invadida por duas pessoas que matam estudantes e profissionais da educação e depois, segundo informações da imprensa, suicidam-se, o problema é de toda a sociedade. Estamos deixando a educação sozinha, num sucateamento estrutural. Muitas vezes, desculpem-me bem a franqueza, não estamos entendendo a realidade da escola quando queremos discutir a educação, e o Coronel Henrique disse isso hoje. Ele disse: “Fui à escola e vi a realidade”.

Devemos conversar com as pessoas e compreender como uma professora fica depois de 20 anos dentro de sala de aula, com todas as relações que precisa mediar, intermediar e compreender no seu cotidiano. Estamos falando de salas com 50, 60 alunos. Existem professores que têm mais de 500 alunos sob a sua responsabilidade. Os professores têm a responsabilidade do diário, da avaliação do processo ensino-aprendizagem e das demais avaliações. Então essa situação de Suzano daria vários debates, mas fundamentalmente precisamos discutir as violências existentes dentro das nossas escolas e que hoje chegaram ao ponto do assassinato. Isso precisa ser um sinal de alerta de que a nossa sociedade não está bem.

A escola não é uma ilha. O que acontece na escola é resultado do que acontece na nossa sociedade, como o fato de as pessoas entrarem numa escola e assassinarem jovens e profissionais da educação. Aliás, em outubro, vamos rememorar um ano da morte da professora que salvou as crianças na creche de Janaúba, que foi incendiada. Essas situações precisam ser compreendidas. Como esses profissionais conseguem conviver, trabalhar e ainda conseguem resultados tão positivos, apesar de todos os problemas estruturais que vivem?

Para finalizar, presidente, quero fazer um convite. A partir de amanhã, no nosso gabinete, nº 244, vamos iniciar uma campanha. Vamos chamar todo mundo para trocar a arma de fogo de brinquedo, Marquinho, que tem em casa, por um livro. É a transformação dessa sociedade para uma sociedade mais justa, menos violenta e que respeite o outro pelo que é, pela sua diversidade, e que também respeite a inclusão que acontece na educação. Então violências como essa nos alertam. Precisamos de mais livros, mais escolas e mais educação na nossa sociedade. Deixo esse convite para que todos possam ir ao nosso gabinete para trocar uma arma de brinquedo por um livro, porque o que a gente faz com uma arma de brinquedo, isto é, o que simulamos com uma arma de brinquedo é bem diferente do que fazemos ou simulamos com um livro nas mãos. A minha opção é sempre ter livros nas mãos, porque são eles que transformam a nossa sociedade para melhor. Obrigada, presidente.

\* – Sem revisão da oradora.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/3/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alberto Henrique Carolino França, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

exonerando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Duílio Marcos Lara, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

exonerando Eduardo Antônio Souza Lages, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

exonerando Flávio Marques de Carvalho Monteiro, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

exonerando João Daniel Maximiano Pereira, padrão VL-39, 4 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Judas Tadeu da Silva Araújo, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

exonerando Júlia Duarte César, padrão VL-31, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Raul Belém;

exonerando Lilian da Silva Fernandes, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Raul Belém;

exonerando Mariluce Moisés de Deus Vieira, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Raul Belém;

exonerando Raíssa Rodrigues Barbosa, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa;

exonerando Roberto Bastianetto, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa;

nomeando Ana Paula Santos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Antonio Carlos Caldeira Ramos, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bartô;

nomeando Ariolene Flacador de Assis, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Bruna Kelli Oliveira Salles, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Claudia Martins Oliveira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Credinéia Maria dos Santos Silva, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado;

nomeando Duílio Marcos Lara, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Eduardo Antônio Souza Lages, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Ezequiel Lucas Alves, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Flávio Marques de Carvalho Monteiro, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Frederico Augusto Gosling de Oliveira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Helenice de Carvalho Damasceno, padrão VL-48, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando João Daniel Maximiano Pereira, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando José Cristiano Castro de Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Sou Minas Gerais, vice-líder deputado Raul Belém;

nomeando Judas Tadeu da Silva Araújo, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Júlia Duarte César, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Lavater Pontes Neto, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Lilian da Silva Fernandes, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Lucélia Aparecida Vieira Rodrigues, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Madson Carlos Teixeira Machado, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Mairon Cesar José Machado Lopes, padrão VL-52, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Marcos Antônio dos Santos, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Marcos de Castro Fernandes, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Marcus Tulio do Amaral Pereira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Maria Cristina Pereira de Araújo, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria da Conceição Aparecida, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria da Penha Almonds Costa Elias, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Mariluce Moisés de Deus Vieira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Moacir Eustáquio de Abreu, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Nacib Carvalho Helal, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Patrícia Helena Geraldo Alfena, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Pedro Araújo Pinheiro, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Raíssa Rodrigues Barbosa, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

nomeando Roberto Bastianetto, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

nomeando Samuel Elias Vieira, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Silvana da Cunha Messias, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Vinicius Martins Soares, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 8/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda. – EPP. Objeto: prestação dos serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo volumes extras de bagagens, quando for o caso, de todas as companhias de transporte aéreo, incluindo reserva, emissão, remarcação, marcação de lugares, cancelamento e reembolso de bilhetes aéreos; serviço de hospedagem em hotel no território nacional e no exterior; contratação de seguro no caso de viagem ao exterior; locação de veículos na localidade de destino, com ou sem motorista e com

combustível e seguro total; traslados e recepção em aeroportos; e despachantes para solicitação de vistos. Vigência: 12 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 35/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 8/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCI Tecnologia e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações nas dependências da contratante. Objeto do aditamento: revisão de preços em razão do reajuste da Convenção Coletiva do Trabalho nº 2018/2019 e do vale-transporte. Vigência: a partir da assinatura, com efeitos financeiros retroativos, de acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho nº 2018/2019. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O presidente do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg –, no uso de suas atribuições, convoca os contribuintes do instituto para a reunião ordinária da Assembleia Geral, a realizar-se às 10 horas do dia 28/3/2019, quinta-feira, na sua sede, na Av. Álvares Cabral, nº 1830, 5º andar, com a seguinte pauta:

I – tomar conhecimento da situação do instituto no exercício de 2018 e examinar e aprovar as contas e o relatório da diretoria;

II – eleger os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e os membros da diretoria para o biênio 2019-2021, das 11 às 16 horas, durante a assembleia geral, observando-se o seguinte:

a) as chapas para as eleições do Iplemg deverão ser completas e entregues para registro na sede do instituto, na Av. Álvares Cabral, nº 1.830, 4º andar, ao Sr. João Alves Cardoso, Secretário do Conselho Deliberativo e da Assembleia Geral, até 72 horas antes do pleito;

b) não será considerada a assinatura de um mesmo contribuinte que figurar em mais de uma lista de apoio às chapas para as eleições do Iplemg para o biênio 2019-2021;

c) a legislação do Iplemg não admite que o contribuinte vote através de procurador nem por correspondência;

III – deliberar sobre assuntos gerais de interesse do Instituto.

Belo Horizonte, 18 de março de 2019.

Gerardo Renault, presidente do Iplemg.

#### **ERRATAS**

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/6/2016\***

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/6/2016, na pág. 6, onde se lê:

“aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.439, 3.452, 3.454, 3.456 a 3.458, 3.472, 3.473, 3.475, 3.478, 3.480, 3.484 e 3.530/2016”, leia-se:

“aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.439, 3.454, 3.456, 3.472, 3.475, 3.478, 3.480, 3.484 e 3.530/2016 e à Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais, relativamente aos Projetos de Lei nºs 3.452, 3.457, 3.458 e 3.473/2016”.

\* – Fica sem efeito a errata relativa à matéria em epígrafe publicada na edição de 19/3/2019, na pág. 25.

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2016**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/7/2016, na pág. 51, onde se lê:

“aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.587, 3.588, 3.595, 3.597, 3.599 e 3.604/2016,”; leia-se:

“aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.587, 3.588, 3.595 e 3.597/2016 e à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, relativamente aos Projetos de Lei nºs 3.599 e 3.604/2016,”.

**ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/11/2016**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/12/2016, na pág. 53, onde se lê:

“aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.674, 3.679, 3.684, 3.689, 3.690, 3.694, 3.752, 3.759,

3.764, 3.767, 3.772 a 3.774, 3.793, 3.821 e 3.825/2016”, leia-se:

“aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.674, 3.679, 3.684, 3.689, 3.690, 3.694, 3.759, 3.764, 3.767, 3.772 a 3.774, 3.793, 3.821 e 3.825/2016 e à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, relativamente ao Projeto de Lei nº 3.752/2016,”.

**ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/11/2016**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/12/2016, na pág. 60, onde se lê:

“aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.715 a 3.718, 3.726, 3.746, 3.753, 3.782, 3.787, 3.812, 3.814, 3.818, 3.827, 3.833, 3.834, 3.836, 3.838, 3.841, 3.842, 3.853 e 3.903/2016”, leia-se:

“aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.715 a 3.718, 3.726, 3.746, 3.753, 3.782, 3.812, 3.814, 3.818, 3.827, 3.833, 3.836, 3.838, 3.841, 3.842, 3.853 e 3.903/2016 e à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, relativamente aos Projetos de Lei nºs 3.787 e 3.834/2016,”.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/3/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/3/2017, na pág. 23, onde se lê:

“requerimentos que solicitam pedido de informações, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.721, 3.856, 3.857, 3.864 a 3.866, 3.869 a 3.872, 3.878, 3.889, 3.895, 3.914 e 3.940/2016 para que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação.”; leia-se:

“requerimentos em que se solicita, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.864 a 3.866, 3.869 a 3.872, 3.878, 3.895 e 3.940/2016; à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, relativamente aos Projetos de Lei nºs 3.721, 3.856, 3.889 e 3.914/2016; e à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e às Prefeituras de Machado e Alfenas, relativamente ao Projeto de Lei nº 3.857/2016, que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação.”.

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/4/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/5/2017, na pág. 33, onde se lê:

“aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.908, 3.942 e 3.955/2016, 4.004, 4.011, 4.014, 4.017, 4.020, 4.053, 4.059, 4.060 e 4.095/2017”, leia-se:

“aos autores dos Projetos de Lei n°s 3.908, 3.942 e 3.955/2016, 4.011, 4.014, 4.017, 4.020, 4.053, 4.059, 4.060 e 4.095/2017 e à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, relativamente ao Projeto de Lei n° 4.004/2017,”.

**ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/10/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/11/2017, na pág. 25, onde se lê:

“e à Casa Civil, com referência aos Projetos de Lei n°s 4.230, 4.238, 4.368, 4.381, 4.587, 4.588 e 4.589/2017”, leia-se:

“à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, relativamente aos Projetos de Lei n°s 4.230, 4.238, 4.381, 4.587, 4.588 e 4.589/2017; e à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e ao autor, relativamente ao Projeto de Lei n° 4.368/2017,”.

**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/12/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/12/2017, na pág. 108, onde se lê:

“aos autores dos Projetos de Lei n°s 4.314, 4.787, 4.796, 4.807, 4.810, 4.823, 4.824, 4.825 e 4.830/2017”, leia-se:

“aos autores dos Projetos de Lei n°s 4.314, 4.787, 4.807, 4.810, 4.823, 4.824, 4.825 e 4.830/2017 e à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, relativamente ao Projeto de Lei n° 4.796/2017,”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 12/2/2019, na pág. 13, onde se lê:

“Fernanda Oliveira Lage”, leia-se:

“Fernanda de Oliveira Lage”.

E, na pág. 14, onde se lê:

“Liliane T. Oliveira Ribeiro”, leia-se:

“Liliane de Oliveira Ribeiro”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/2/2019, na pág. 74, onde se lê:

“Ana Flávia Loyola Antunes Pereira”, leia-se:

“Ana Flávia Loyola Antunes Pereira Souza”.

Onde se lê:

“Claudinei Palmacio Butti”, leia-se:

“Claudiney Palmacio Butti”.

E, na pág. 75, onde se lê:

“Renata Malta Guimarães Peres Figueiredo”, leia-se:

“Renata Malta Guimarães Peres de Figueiredo”.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/3/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 16/3/2019, na pág. 42, na quarta linha, onde se lê:

“Requerimentos”, leia-se:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:”

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/3/2019, na pág. 23, onde se lê:

“Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputado Guilherme da Cunha”, leia-se:

“Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Liberdade e Progresso, vice-líder deputada Ione Pinheiro”.